

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVI

FLORIANÓPOLIS, 10 DE MAIO DE 2017

NÚMERO 7.123

MESA

Silvio Dreveck
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Darci de Matos
Vice-Líder: Valdir Cobalchini

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Mauro de Nadal

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Nei A. Ascari
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Manoel Mota
Milton Hobus
Cesar Valduga
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dóia Guglielmi
Manoel Mota
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Manoel Mota
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Altair Silva

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
Serafim Venzon - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Antonio Aguiar
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Gelson Merisio
Altair Silva
Marcos Vieira

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Milton Hobus
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Mauro de Nadal - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Dóia Guglielmi
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Jean Kuhlmann
Nilso Berlanda
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Neodi Saretta
João Amin
Dóia Guglielmi
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Antonio Aguiar - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Altair Silva
Cleiton Salvaro
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mauro de Nadal - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Dirceu Dresch
Nilso Berlanda
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Serafim Venzon
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Serafim Venzon
Ricardo Guidi
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Darci de Matos
Romildo Titon
Manoel Mota
Altair Silva
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Fernando Coruja
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Dalmo Claro
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVI NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 4 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 036ª Sessão Ordinária realizada em 04/05/2017 2 Ata da 037ª Sessão Ordinária realizada em 09/05/2017 3</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes..... 6 Aviso de Licitação 11 Aviso de Resultado 11 Extratos..... 11 Leis 12 Ofícios..... 14 Portarias..... 15</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2017 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck
Mário Marcondes
Ana Paula Lima

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES

(Orador) - Registra que em data anterior, se comemorou o Dia do Parlamento, salientando a sua importância e que os deputados do Brasil devem lembrar que o Poder Legislativo funciona como um braço parceiro na administração pública, almejando que o mesmo possa ter

cada dia mais autonomia nas suas ações, e representar a sociedade com dignidade e transparência.

Faz menção a notícia do *Jornal Diário Catarinense*, com relação à situação do ISS, Imposto Sobre Serviço, que diz: "Santa Catarina pressiona por mais equilíbrio na divisão dos recursos". Critica a distribuição do rateio do imposto, destacando que a união fica com 60% do bolo orçamentário, e que pequena parcela é distribuída aos estados, e menos ainda para os municípios, que suportam o dia a dia do cidadão, do atendimento a saúde, a educação, e muitas outras questões. Destaca que o ISS recolhido no município deveria ficar na cidade onde é cobrado, e que muitas prefeituras precisam entrar na justiça para receber a sua parte, salientando que os mesmos precisam ter mais autonomia financeira para dar atendimento à população com respeito.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Parabeniza o deputado Mário Marcondes, pela lembrança, afirmando que o papel dos deputados é legislar, fiscalizar, e fazer a conexão entre o Poder Executivo e as demandas dos municípios. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Fala sobre o município de São João Batista, que é um polo da indústria calçadista. Comenta que até a década de 80 o município vivia em torno de uma única indústria, a Usati, que foi desativada e era a maior empregadora da região.

Destaca que, dessa situação adversa, emergiu a indústria calçadista, fazendo do município a Capital Catarinense da Indústria do Calçado, o 4º maior polo da indústria calçadista do Brasil e o maior polo da indústria calçadista do estado, com quase 100% da produção dirigida ao público feminino, parte destinada à exportação, e gerando cerca de oito mil empregos. Menciona que o setor vive muitas adversidades, e uma delas é a competição tributária existente entre os estados.

Convida os Parlamentares para participarem, no dia 8 de maio, da abertura oficial do evento promovido pelo Sindicato da Indústria Calçadista de São João Batista, com o lançamento dos produtos para Primavera/Verão, no Infinity Blues Resort, na Praia dos Amores, em Balneário Camboriú. Informa que a Assembleia Legislativa está apoiando o evento, onde estarão presentes empresários de várias regiões do país e do exterior.

Ressalta que encaminhou ao Plenário indicação e moção no sentido de solicitar atenção especial da Casan para problemas de abastecimento nos municípios de Seara e Lacerdópolis, entre outros, pedindo o apoio dos demais Pares para tal pleito. Relata também que a escola do município de Canelinha, situada no Moura, se encontra em situação precária, pedindo a melhoria daquela estabelecimento.

Salienta que os municípios precisam de mais atenção, e que os deputados precisam trabalhar para que recebam mais recursos e possam atender as demandas, porque é lá que vive a população. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Manifesta indignação com relação a um projeto apresentado por um deputado federal do PSDB que pretende alterar normas trabalhistas relativas ao trabalhador rural para permitir, por exemplo, que o empregador deixe de pagar salário ao empregado do campo e, no caso, a remuneração seria feita por alimentação, moradia e transporte. Lamenta a forma como o governo de Michel Temer trata as questões dos trabalhadores rurais, pessoas que trabalham muito e ganham pouco.

Repudia as reformas propostas pelo governo atual por entender que trazem prejuízo à população brasileira. Acredita que a estratégia do governo deveria ser cortar os grandes salários, acabar com a sonegação fiscal, ampliar os recursos para os municípios em políticas sociais, de investimento e de geração de empregos. Por fim, entende lastimável a estratégia clara de o governo, através de reformas drásticas, retirar renda dos trabalhadores, aumentando ainda mais a desigualdade social no Brasil.

Conclui, afirmando que a sociedade está atenta ao grande golpe que está em curso no país. [Taquígrafa: Cristiany]

Partidos Políticos

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Menciona encontro com o presidente da Celesc, quando trataram da questão da substituição das redes monofásicas para trifásicas nas propriedades rurais. Ao mesmo tempo, faz uma descrição da sua infância no interior quando chegou a luz elétrica, permitindo mais qualidade de vida.

Discorre sobre o momento atual ao reportar-se à economia crescente catarinense, destacando a evolução no agronegócio, que exige adequação frente aos equipamentos agrícolas modernos.

Cita o novo financiamento para Santa Catarina, o Fundam, atenderá todos os

municípios catarinenses e, assim, acredita que a Casa deve fazer um apelo ao governador, no sentido de que inclua recursos na instalação da rede trifásica para as áreas rurais do estado. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PT

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Faz referência à apreciação em Brasília do Projeto da Reforma da Previdência, que infelizmente passou na comissão, mas não como o governo queria, alegando que o atual presidente não sabe o que quer, e os parlamentares não sabem o que estão votando, citando que a cada momento implantam modificações. Acredita que a greve geral do dia 28, mostrou que a população não quer a reforma trabalhista e da previdência, e que o povo tomou consciência que trará prejuízo.

Registra que o Partido dos Trabalhadores completou 37 anos de fundação, no mês de fevereiro, uma história que foi construída no chão das fábricas, pelo ex-presidente Lula.

Comenta que nos dias 6 e 7 de maio, o PT, irá realizar um encontro, na cidade de Lages, onde irá acontecer grande debate, para preparação do 6º Congresso Nacional do partido, e preparar as suas metas no estado de Santa Catarina, também irá ouvir as militâncias, construir ações, e pretende fortalecer a unidade política no país. [Taquígrafa: Ana Maria]

Ordem do Dia

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0053/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Igualmente, comunica, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0577/2016.

Comunica também, que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0446/2016, 0612/2016, 0629/2016, 0634/2016, 0710/2016 e 0719/2016.

Votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 0043/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 0061/2016.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0039/2017, de autoria do sr. deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao secretário da Casa Civil, solicitando informações acerca das obras do contorno viário norte no município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0404/2017 e 0417/2017 de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0405/2017, 0406/2017, 0407/2017, 0408/2017, 0409/2017, 0410/2017, 0411/2017, 0412/2017, 0413/2017, 0414/2017, 0415/2017 e 416/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0418/2017, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; e 0419/2017, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Igualmente, comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0273/2017, de autoria do deputado Patrício Destro; 0282/2017 e 0283/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga; e 0284/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Passa à Explicação Pessoal e, não havendo oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para a semana subsequente, à hora regimental. [Taquígrafa: Sara].

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2017

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Kennedy Nunes
Maurício Eskudlark

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Tece considerações a respeito da audiência pública realizada na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia, na presente data, para tratar da atual situação e perspectivas do Porto de São Francisco do Sul, enfatizando a importância de se fazer um grande debate com relação ao processo de concessão da referida autarquia estadual à iniciativa privada.

Relata que participou de uma audiência pública convocada pelo deputado Pedro Uczai, no assentamento José Maria, em Abelardo Luz, para discutir a permanência e o fortalecimento

do Instituto Federal catarinense dentro do assentamento da Reforma Agrária. Destaca a importância de uma escola técnica de qualidade para a formação dos agricultores a fim de melhorar a produção agrícola no estado, avançando na agroecologia e na agricultura orgânica.

Também comenta o diálogo que vem mantendo com a Presidência da Casa sobre o Projeto de Lei Complementar 005/2017 e espera que os apontamentos que apresentou ao mesmo possam contribuir para que a Assembleia continue trabalhando para atender aos anseios do povo de Santa Catarina. [Taquígrafa: Cristiany]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Discorre sobre a ordem de serviço dada pelo Deinfra para a recuperação das obras da rodovia SC-114, entre os municípios de Taió e Salete. Destaca a importância das obras, pois alavancará ainda mais o desenvolvimento econômico da região.

Menciona a liberação de recursos pelo Ministério dos Transportes para o porto de Itajaí para as obras de dragagem, as quais deverão estar concluídas em 120 dias, sendo que a manutenção será arcada pela prefeitura municipal. O referido porto é o maior do estado catarinense, responsável pelos meios da exportação dos produtos catarinenses e há necessidade de adequação para receber novas embarcações maiores que chegam ao porto.

Registra denuncia recebida em seu gabinete sobre a precariedade da BR-163, trecho entre São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira que foi pintada uma linha amarela no centro da pista, proibindo a ultrapassagem de veículos automotores e, ao mesmo tempo, as pessoas que utilizam o citado percurso reivindicam a linha pontilhada para não serem penalizadas com multas e o Deinfra deve tomar as devidas medidas necessárias.

Deputado Antônio Aguiar (Aparteante)
- Parabeniza o deputado pelo tema abordado e destaca a presença do vice-governador na revitalização do aludido porto. [Taquígrafa: *Silvia*]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador)
- Destaca ter por hábito sempre apresentar relatórios de viagem em vídeo, registrando ter participado, na Holanda, na companhia de mais 13 deputados brasileiros, como representante da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de evento relacionado, entre outros temas, à energia eólica e à produção de laticínios. [Taquígrafa: *Renata*]

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador)
- Comenta sobre os custos das Agências de Desenvolvimento Regionais, ADRs, citando a reportagem do colunista Paulo Alceu, no *Jornal Notícias Do Dia*, que conforme dados do Tribunal de Contas, o valor pago em aluguéis pelo governo catarinense totalizou R\$ 41 milhões em 2016, e que deste montante, R\$ 5,6 milhões foram somente para as 29 sedes de ADRs, com este dinheiro daria para construir centenas de casas populares, investir mais em educação, na saúde e segurança pública. Crítica severamente este valor pago com aluguel.

Encerra alegando que após 14 anos de funcionamento as Agências de Desenvolvimento Regionais, não eliminaram as desigualdades regionais, muito menos a litoralização, e que as mesmas são um mito, o desenvolvimento não se deslocou, permaneceu concentrado, e que servem apenas como cabide de empregos, só gerando gastos ao poder público. [Taquígrafa: *Ana Maria*]

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador)
- Fala sobre o acontecimento do final de semana, no município de Lages, quando 400 representantes eleitos, de todas as regiões do estado, estiveram reunidos com o objetivo de traçar uma nova trajetória para o Partido dos Trabalhadores. Considera que o país está vivendo um período de golpe, de exceção, não só na política, mas também no Judiciário, e sob uma ditadura midiática, o que torna muito importante o debate, sobre esse momento dramático, com a base política do partido, que contribuiu muito com a luta pela democracia. Cumprimenta o deputado federal Décio Lima, o novo presidente empossado.

Ressalta que na quarta-feira o PT estará em Curitiba, juntamente com a Frente Popular e partidos de esquerda, defendendo a liberdade contra um Judiciário partidário e político que pretende decidir se o povo deve ou não se mobilizar. Argumenta que esse é um papel das lideranças políticas partidárias e dos movimentos sociais.

Declara que o partido continuará lutando pela distribuição de renda e pelos direitos do cidadão, e nesse sentido também defende o direito de defesa do ex-presidente Lula, para que não seja perseguido injustamente.

Entende que o grande desafio do Brasil é não condenar as pessoas antes de obter provas, porque a mídia não está permitindo o direito à defesa, o que é uma prerrogativa da democracia. [Taquígrafa: *Sara*]

Partido: PMDB

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Orador)
- Comenta o andamento do processo para a obra de construção da nova penitenciária industrial em São Bento do Sul, que contará com 364 vagas para presos de regime fechado e prevê um espaço voltado à ressocialização do interno. Destaca que a terraplanagem está pronta e que até o final de maio de 2017 será lançado o devido processo licitatório. Tem a expectativa de que esse grande empreendimento possa se tornar uma realidade em breve.

Lamenta o fechamento da unidade do Hemosc de Canoinhas, considerando um descaso para com a comunidade local. Lideranças do município solicitaram a reabertura da unidade e o secretário Vicente Caropresso assinou um documento para tal, porém se passaram dois meses e nada foi feito. Por fim, espera que seja reaberta, não apenas uma unidade de coleta, e, sim, uma agência transfusional. [Taquígrafa: *Cristiany*]

Partido: PMDB

DEPUTADO MANOEL MOTA (Orador)
- Registra a não paralisação das obras da BR-285, via importantíssima para o desenvolvimento do sul do estado, como o escoamento da soja para o porto de Imbituba, destacando a possibilidade de sua conclusão antes do final de 2019. Menciona o trabalho do Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, que buscou um resultado positivo. Cita o empenho do governador e do vice-governador na questão da referida obra e, ao mesmo tempo, enaltece o consórcio Setep. [Taquígrafa: *Silvia*]

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador)
- Comenta sobre um programa, desenvolvido pela sua equipe, chamado Gabinete nas Ruas, que tem por objetivo percorrer as cidades do estado de Santa Catarina visando estabelecer o diálogo e assim saber quais as expectativas da população.

Deputado Cesar Valduga (Aparteante)
- Elogia a iniciativa do deputado em promover o debate com a população catarinense. [Taquígrafa: *Renata*]

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador)
- Faz referência ao movimento de milhares de pessoas, que circulam entrando e saindo da Ilha de Santa Catarina, comentando que as rodovias de acesso e as Pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos, não são mais suficientes devido ao tráfego intenso, demonstrando o desafio que o governo estadual e as prefeituras da Grande Florianópolis têm em buscar alternativas para resolver a questão.

Apresenta vídeo mostrando o momento de tráfego e engarrafamento gigantesco nas pontes e nas rodovias de acesso e saída da ilha. Crítica a falta de planejamento e as mudanças promovidas pela Autopista Litoral Sul, nas vias de saída e entrada para o lado sul e norte da ilha, pedindo providências urgentes para resolver a situação, pois o trabalhador, o cidadão, a população de modo geral, principalmente os que dependem de ônibus é que estão sendo penalizados.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia. [Taquígrafa: *Ana Maria*]

Ordem do Dia

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário a seguinte matéria: Projeto de Lei n.: 0232/2016.

Comunica, outrossim, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n.: 0528/2016.

Igualmente, comunica, que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0055/2016, 0188/2016, 0210/2016 e 0397/2016.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0011/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti e outro(s), que acrescenta parágrafos no art. 124 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja e Luciane Carminatti.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada a admissibilidade.

Pedido de Informação n. 0040/2017, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao Presidente da Celesc, solicitando informações referente a dívida da Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural (COORSEL).

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0073/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga, a ser enviada a Diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, parabenizando pela conquista do Campeonato Catarinense de Futebol de 2017.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0420/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0421/2017, de autoria do deputado Patrício Destro; 0422/2017, de autoria do deputado Marcos Vieira e 0423/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare.

Comunica, também, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0285/2017, 0286/2017, 0288/2017 e 0294/2017 de autoria do deputado Altair Silva; 0287/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0289/2017, 0290/2017, 0291/2017 e 0292/2017, de autoria do deputado Romildo Titon; 0293/2017, de autoria do deputado Patrício Destro; 0295/2017, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0296/2017, 0297/2017 e 0298/2017, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0299/2017, 0300/2017 e 0301/2017, de autoria do deputado Serafim Venzon.

Solicito à assessoria que proceda à chamada dos srs. deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos srs. deputados para verificação de quórum.)

(Pausa)

Há quórum para deliberação.

[Coordenadora Carla]

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - Discussão e votação da admissibilidade da Medida Provisória n. 0211/2017, que revoga a alínea "d" do inciso X do art. 28 da Lei n. 16.940 de 2016, que altera a legislação que trata dos fundos especiais que menciona e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela Admissibilidade.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Jean Kuhlmann e Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com o voto contrário do deputado Fernando Coruja, que já havia se manifestado.

Está aprovada a admissibilidade.

[Taquígrafa: Sara]

Discussão e votação da Mensagem de Veto n. 00706/2017, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0030/16, de autoria do deputado Aldo Schneider, que dispõe sobre hipóteses especiais de postergação do recolhimento de custas e emolumentos em títulos apresentados para protesto e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação em Plenário.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Aldo Schneider, Nilso Berlanda, Kennedy Nunes, Mauro de Nadal, Milton Hobus e Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	não

DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 31 votos "não", nenhum voto

"sim" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o veto.

[Taquígrafa: Sílvia]

Discussão e votação da Mensagem

de Veto n. 00709/2017, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0308/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de editais de concursos públicos no sistema de escrita em relevo anaglóptografia, para leitura braile, no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Antônio Aguiar, Fernando Coruja, Kennedy Nunes, Milton Hobus e Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.
Votaram 28 srs. deputados.
Temos 17 votos "sim", 11 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto. [Taquígrafa: Renata]

Discussão e votação da Mensagem de Veto n. 00710/2017, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0197/2016, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a meia-entrada para as pessoas com deficiência, câncer e/ou doenças degenerativas em

estabelecimentos culturais, esportivos, de lazer e entretenimento.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação em Plenário.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Antônio Aguiar, Kennedy Nunes e Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	abstenção
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não

Está encerrada a votação.
Votaram 27 srs. deputados.
Temos 12 votos "sim", 14 votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.
[Taquígrafa: Ana Maria]

Discussão e votação da Mensagem de Veto n. 01080/2013, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0302/11, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei nº 13.993, de 2007, que dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota providências correlatas, retificando as divisas entre os Municípios de Canoinhas, Irineópolis, Porto União e Timbó Grande.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.
Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Darci de Matos e Fernando Coruja.

Em votação.
Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim	(Procede-se à votação nominal por	sustentável dos povos tradicionais do estado,	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim	processo eletrônico.)	visando entre outros objetivos: preservar e	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA		DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim	promover direitos à identidade histórica, combate
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não	DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim	ao racismo e a regularização fundiária, no que
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim	DEPUTADA ANA PAULA LIMA		tange aos povos ciganos, indígenas, quilombolas,
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR		coletores de berbigão, pescadores artesanais,
DEPUTADO DALMO CLARO	sim	DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim	rendeiras e outros.
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim	Faz alusão ao PL n. 16/2017, que
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT		DEPUTADO DALMO CLARO	sim	versa sobre a licença gestação para servidor
DEPUTADO DIRCEU DRESCH		DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	efetivo, destacando a questão de assegurar à
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim	DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim	gestante readaptação com função compatível
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim	DEPUTADO DIRCEU DRESCH		com seu estado físico a contar do quinto mês,
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim	DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim	a critério do órgão médico oficial, e à lactante
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim	até a criança atingir os seis meses de idade,
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS		DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim	salientando que muitas vezes a mulher é a
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	única responsável pela renda familiar.
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	[<i>Taquígrafa: Sílvia</i>]
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO MÁRIO MARCONDES
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	DEPUTADO JOÃO AMIN	sim	(Orador) - Fala sobre o Consórcio Autopista
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	Litoral e a falta de planejamento com que vem
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI		conduzindo as mudanças no trânsito nas
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	imediações da BR-101, causando verdadeiro
DEPUTADO MARCOS VIEIRA		DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	transtorno às pessoas que transitam na Grande
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim	DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	Florianópolis, principalmente nos municípios de
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	São José e Palhoça.
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não	Destaca que o jornal <i>Notícia</i> traz
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim	DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim	manchete que chama a atenção: "Mais
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	Segurança na Via Expressa". Entende que isso
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim	DEPUTADO MILTON HOBUS	sim	deve significar mais segurança para o
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		motorista, porque andando a três por hora não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim	DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim	tem como acontecer acidentes.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	Faz apresentação de vídeo mostrando
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim	os problemas que acontecem nos túneis do
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO		DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	Kobrassol e do Roçado, considerando que
DEPUTADO RICARDO GUIDI		DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO		estes problemas poderiam ser facilmente
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim	DEPUTADO RICARDO GUIDI		resolvidos com elevados, e cobra da prefeita
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim	Adeliana Dal Pont a falta de iniciativas, aquelas
DEPUTADO SERAFIM VENZON		DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	que foram prometidas em campanha, para
DEPUTADO SILVIO DREVECK		DEPUTADO SERAFIM VENZON		resolver a situação.
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK		Declara que o problema também
Está encerrada a votação.		DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim	acontece no Vale do Rio Tijucas e que até hoje
Votaram 28 srs. deputados.		Está encerrada a votação.		não foi resolvido, evidenciando os desmandos
Temos 27 votos "sim", um voto		Votaram 28 srs. deputados.		como têm sido conduzidas as alterações nos
"não" e nenhuma abstenção.		Temos 27 votos "sim", um voto		citados acessos. Lembra que a alça de
Está mantido o veto.		"não" e nenhuma abstenção.		contorno da Grande Florianópolis também é um
Discussão e votação da Mensagem		Está mantido o veto.		projeto há muito prometido, que deveria estar
de Veto n. 01497/2014, que dispõe sobre veto		Finda a pauta da Ordem do Dia.		pronto em 2012, e até hoje nem sequer o
total ao PL n. 200/13, de autoria		[Coordenadora Carla]		traçado foi definido. Entretanto, as guaritas,
Governamental, que autoriza a cessão de uso		*****		cobrando pedágio, já estão instaladas em Paulo
de imóvel no Município de Tubarão.		Explicação Pessoal		Lopes e Itapema. Ressalta que vai se
Conta com parecer da comissão de		DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador)		empenhar na busca de soluções para melhorar
Constituição e Justiça pela deliberação do veto		- Reporta-se a dois projetos de leis de sua		a vida do povo catarinense.
em Plenário.		autoria e pede apoio dos parlamentares para		DEPUTADO KENNEDY NUNES
Em discussão.		que sejam aprovados, pois os assuntos são de		(Presidente) - Não havendo mais oradores a
Discutiu a presente matéria o sr.		interesse social para comunidade catarinense.		fazer uso da palavra, encerra a sessão,
deputado Darci de Matos.		Discorre sobre o PL n. 137/2017, que		convocando outra, ordinária, para o dia
Em votação.		trata da política estadual para o desenvolvimento		subsequente, à hora regimental. [<i>Taquígrafa: Sara</i>]
Os srs. deputados que votarem "sim"				
mantêm o veto e os que votarem "não"				
derrubam-no.				

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às dez horas e trinta minutos, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart. Wright, sob a Presidência do senhor Deputado Natalino Lázare, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Agricultura e Política Rural, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: Natalino Lázare, Cesar Valduga, José Milton Scheffer, Pe. Pedro Baldissera, Dóia Guglielmi e Altair Silva. Foram justificadas as ausências dos Deputados Mauro de Nadal e Valdir Cobalchini. Também estavam presentes na reunião: Daniel Borsoi, Diretor Técnico da UNEAGRO; Nei Antônio Kukla, Presidente da

UNITAGRI; Aline Schuller, Técnica da UNITAGRI; Keliane Freitas, representando a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD); Jacir Massi, Superintendente do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina; Alexandre Augusto Julio Gomes, Técnico de Política Agrícola da FETAESC; Ailton Spies, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina; Eduardo Amaral, representando a Comissão de Produção Orgânica de Santa Catarina (CPORG); Paulo Arruda representando a EPAGRI e Vilceo Sehnem, representando a COOPERTEC. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião e disse que foi entregue um documento para o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, onde foram abordadas algumas questões, como: a questão da cebola, a operação carne fraca e a questão do milho em Santa Catarina. O senhor Presidente relatou que em contato com o Presidente da Comissão de Agricultura do Rio Grande do Sul, Adolfo Brito, foi debatida a questão de eletrificação rural, com a substituição das redes monofásicas para trifásicas, o que possibilitará crescimentos e

investimentos nas propriedades rurais. A seguir, o senhor Presidente passou à discussão das chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), proposta pelo Deputado José Milton Scheffer, o qual o senhor Presidente passou a palavra. O senhor Deputado José Milton Scheffer destacou que esse projeto existe há três anos e atende diversas regiões do Estado, prestando assistência a nove mil famílias, tendo como objetivo prestar assistência técnica e extensão rural a agricultores familiares que estão inseridos em determinados contextos, como, por exemplo, na produção do tabaco, atuando na diversificação de renda do pequeno produtor rural, gestão da propriedade, na produção de alimentos orgânicos e cumprir uma determinação da convenção do tabaco, além de atuar, em outras áreas, na produção agroecológica, na comercialização e no associativismo. O senhor Deputado José Milton Scheffer disse que a partir de agora a gestão dessas chamadas públicas será por conta da ANATER (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), e que há ameaça da continuidade por corte de recurso. O senhor Deputado José Milton Scheffer, disse ainda, que esses projetos atingem um público que não é alcançado pela extensão rural. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra para o representante da FETAESC, o senhor Alexandre Augusto Júlio Gomes, que justificou a ausência do presidente da FETAESC, e abordou a importância da assistência técnica rural, e disse que mais de oito mil famílias ficarão desassistidas. O senhor Alexandre destacou que a sinergia do Estado com o Governo Federal é importante para garantia de recursos. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra para a representante da SEAD, a senhora Keliene Freitas, que disse que a política da ATER é a garantia da produção e renda para os agricultores, e que através da ATER foi possível aumentar a emissão de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). A senhora Keliene destacou que as chamadas de ATER possibilitaram elaborar projetos do PRONAF, sendo que na safra dois mil e dezesseis foram mais de cinco bilhões aplicados em investimentos, e também na viabilização do seguro safra para mais de quatrocentas mil famílias. A senhora Keliene disse que a partir de dois mil e dezesseis a SEAD não responde pelas chamadas públicas, ficando de responsabilidade da ANATER. A senhora Keliene informou que não tem previsão de quanto será repassado nem de quando serão realizadas essas chamadas públicas, mas destacou que as metas da ANATER para o ano de dois mil e dezesseis é ofertar os serviços para dez mil famílias, formação de duzentos gestores e mil agentes de ATER; ofertar ATER para sessenta mil famílias do semiárido brasileiro; ofertar serviços de ATER para mil e duzentas organizações de agricultores familiares através do mais gestão; ofertar serviços de ATER para cinquenta mil famílias de agricultores nas regiões centro-oeste, sudeste e sul e ofertar formação para cinco mil entidades de ATER. A seguir, o senhor Presidente passou a palavra para o superintendente do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária em Santa Catarina, senhor Jacir Massi, que apresentou as modalidades de repasse do governo, através de convênios e transferências diretas. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Airton Spies, secretário adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, que destacou a importância do papel da ANATER na assistência técnica rural. O senhor Airton Spies demonstrou preocupação com a interrupção dos projetos referentes às chamadas públicas, salientando que a grande vantagem desses projetos é que normalmente estão extremamente focados e atuando especificamente para um público alvo. A seguir, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Daniel Borsoi, representante da UNEAGRO, que destacou a importância da ATER por atingir um público alvo, que não é atingido ou assistido por outras instituições. O senhor Daniel Borsoi disse que a UNEAGRO atende duas mil famílias e apoia a prorrogação das chamadas públicas. O senhor Daniel Borsoi sugeriu alterações nas metodologias, e se colocou à disposição para contribuir com a condução do projeto e solicitou, ainda, uma moção para Câmara Federal para debater o assunto. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Nei Antonio Kukla, presidente da UNITAGRI, o qual explicou que o setor agropecuário, seja o agronegócio ou a agricultura familiar, é o que sustenta o PIB. A seguir, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Eduardo Amaral, representante da CEPORG, que demonstrou preocupação com a situação das chamadas públicas, salientando que em questão da assistência técnica a EPAGRI produz resultados fantásticos. O senhor Eduardo Amaral salientou a importância da agricultura orgânica, havendo a necessidade de valorização da propriedade, buscando melhorias e certificação dos produtos e, entregou aos deputados um ofício com pedido de apoio para produção orgânica. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Deputado José Milton Scheffer que ressaltou a importância dos projetos e se propôs a buscar propostas, sugestões do que possa ser feito para ajudar. O senhor Deputado José Milton Scheffer se propôs solicitar a prorrogação e ou novas chamadas dando sequência aos projetos que já estão em andamento, isso junto ao Governo Federal; propôs uma Moção à Casa Civil, ao MAPA e a ANATER solicitando a continuidade dos atuais contratos. O senhor Deputado

José Milton Scheffer sugeriu incluir nas propostas que serão levadas a ANATER e a SEAD, a questão da certificação e da rastreabilidade dos alimentos, além de sugerir avanços nas novas chamadas ou nos próximos contratos, além de solicitar ao Fórum Parlamentar o envolvimento deles junto a ANATER e a SEAD. O senhor Deputado José Milton Scheffer salientou que os Deputados Federais Valdir Collato e João Rodrigues se colocaram à disposição para debater o assunto, e se propôs a organizar uma audiência com a Comissão da Agricultura e Política Rural, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e representantes das instituições que trabalham no segmento, em Brasília para discutir o assunto e mostrar que Santa Catarina é um caso diferenciado. O senhor Deputado José Milton Scheffer se propôs solicitar ao Fórum Parlamentar o agendamento de uma reunião conjunta com a SEAD e a ANATER e com as forças institucionais e políticas de Santa Catarina, e salientou que vai divulgar através da Comissão da Agricultura e Política Rural a importância da continuidade desses projetos. O senhor Deputado José Milton Scheffer também se propôs a buscar mecanismos para a convenção do tabaco, já que está havendo resultados das referidas chamadas, na busca da manutenção da sustentabilidade. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Airton Spies, que agradeceu o debate e parabenizou a Comissão de Agricultura e Política Rural pelo debate. O senhor Deputado José Milton Scheffer falou da importância, em outra oportunidade, do debate sobre a continuidade do Programa SC Rural. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais convidados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, secretária da Comissão, Michelli Burigo Coan da Luz, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Estadual Natalino Lázare

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, em cumprimento aos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor **Deputado Jean Kuhlmann**, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Darci de Matos, Dirceu Dresch, João Amin, José Nei Ascari, Marcos Vieira, Rodrigo Minotto e Valdir Cobalchini. **O presidente** fez a leitura do ofício 0087/2017, expedido pelo gabinete do Deputado Mauro de Nadal, que justifica a ausência deste parlamentar na reunião. **O presidente** destacou a presença da Senhora Deputada Ana Paula Lima e do Senhor ex-deputado Roberto Salum que acompanharam a reunião. Havendo quorum regimental, **o presidente** deu início aos trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 8ª Reunião Ordinária da comissão, que posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, **o presidente** abriu a palavra aos membros, obedecendo a ordem de chegada, para iniciar a apreciação de matérias. **O SENHOR DEPUTADO JEAN KUHLMANN COLOCOU PARA Apreciação AS SEGUINTEs MATÉRIAS: PL./0394.0/2015**, de autoria do **Deputado Darci de Matos**, que dispõe sobre a garantia do direito à acessibilidade das pessoas ostomizadas aos banheiros de uso público, mediante a instalação de equipamentos adequados para a sua utilização, no âmbito do Estado de Santa Catarina. Fazendo uso das atribuições de presidente colocou a matéria para apreciação em função do prazo para devolução de vista. Houve devolução de vista do Deputado Silvío Dreveck sem manifestação ao parecer favorável a matéria com Emenda Substitutiva Global exarado pelo relator Deputado Ricardo Guidi, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0053.3/2014**, de autoria da **Deputada Luciane Carminatti**, que dispõe sobre a contabilização dos recursos arrecadados pelo SEITEC e pelo FUNDOSOCIAL como receitas de natureza tributária, para fins de aplicação do mínimo constitucional em educação. Fazendo uso das atribuições de presidente colocou a matéria para apreciação em função do prazo para devolução de vista. Houve devolução de vista dos Deputados José Nei Ascari e Ricardo Guidi sem manifestação ao parecer pela rejeição da matéria exarado pelo relator Deputado Valdir Cobalchini, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com votos contra do Deputado Dirceu Dresch e do Deputado João Amin. **PL./0017.0/2016**, de autoria do **Deputado Darci de Matos**, que institui a Semana Catarinense Interdisciplinar de Ética e Cidadania nas Escolas Públicas, no Estado de Santa Catarina. Fazendo uso das atribuições de presidente colocou a matéria para apreciação em função do prazo para devolução de vista. Houve devolução de vista da Deputada Luciane Carminatti sem manifestação ao parecer pela rejeição da matéria exarado pelo relator Deputado João Amin, que posto em discussão e votação, foi rejeitado por unanimidade com abstenção do Deputado João Amin. Com a rejeição do parecer do relator foi colocado para apreciação o voto de vista do Deputado José Nei Ascari favorável a matéria com Emenda

Modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0446.5/2013**, de autoria do **Deputado Dirceu Dresch**, que altera a Lei nº 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais. Fazendo uso das atribuições de presidente colocou a matéria para apreciação em função do prazo para devolução de vista. Houve devolução de vista da Deputada Luciane Carminatti sem manifestação ao parecer pela rejeição da matéria exarado pelo relator Deputado José Nei Ascari, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **O SENHOR DEPUTADO JOÃO AMIN COLOCOU PARA APRECIÇÃO AS SEGUINTE MATÉRIAS: PL./0022.7/2017**, de autoria do **Deputado Valdir Cobalchini**, que declara de utilidade pública o Rotary Club de Florianópolis. Exarou parecer favorável a matéria com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0095.2/2017**, de autoria do **Deputado Silvio Dreveck**, que declara de utilidade pública o Instituto Projeto Route, de Florianópolis. Exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0305.4/2016**, de autoria do **Deputado Gabriel Ribeiro**, que reconhece o Município de Santa Cecília como Capital Catarinense do Reflorestamento de "Pinus". Exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade com abstenção do Deputado Dirceu Dresch. **O SENHOR DEPUTADO VALDIR COBALCHINI COLOCOU PARA APRECIÇÃO AS SEGUINTE MATÉRIAS: PL./0092.0/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que institui o Fundo Estadual do Idoso (FEI-SC) e estabelece outras providências. Exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **PL./0118.3/2017**, de autoria do **Deputado Manoel Mota**, que dispõe sobre a inclusão da Pamonha produzida industrialmente no Estado de Santa Catarina na merenda escolar das escolas da Rede Estadual de Ensino. Requeru diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil e Secretaria de Estado da Educação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0261.9/2016**, de autoria do **Deputado Roberto Salum**, que obriga os fornecedores a conceder desconto nas ofertas de bens e serviços para pagamento a prazo se o consumidor se dispuser a pagar à vista e adota outras providências. Exarou parecer favorável a matéria com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO DIRCEU DRESCH COLOCOU PARA APRECIÇÃO AS SEGUINTE MATÉRIAS: PEC/0003.1/2011**, de autoria **Deputado Pe. Pedro Baldissera e outro(s)**, que revoga o art. 195 da Constituição do Estado de Santa Catarina. Devolveu vista sem manifestação ao parecer favorável à matéria e pela sua tramitação conjunta com PEC/0001.0/2017 exarado pelo relator Deputado Darci de Matos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0370.2/2016**, de autoria do **Deputado Cesar Valduga**, que institui a Semana Estadual da Vigília Feminista pelo Fim da Violência contra a Mulher. Exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0313.4/2016**, de autoria do **Deputado Dr. Vicente Caropreso**, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Vila Nova (AMOVIN), de Guarimirim. Exarou parecer favorável a matéria com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **OF./0577.0/2016**, de autoria de **Entidade Social**, que solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Associação para Integração Social de Crianças e Adolescentes Especiais, de Joinville. Exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **OF./0528.2/2016**, de autoria de **Entidade Social**, que solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA), de Chapecó. Exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO DARCI DE MATOS COLOCOU PARA APRECIÇÃO AS SEGUINTE MATÉRIAS: MPV/00208/2017**, de autoria **Governador do Estado**, que altera os Anexos VII-E e XIV da Lei Complementar nº 381, de 2007. Exarou parecer favorável a matéria, nos termos do Projeto de Conversão em Lei, com Emenda Modificativa e Aditiva, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado João Amin. **PLC/0014.2/2017**, de autoria **Governador do Estado**, que altera a Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão, foi concedida vista coletiva. **PL./0106.0/2017**, de autoria **Deputado Altair Silva e outro(s)**, que concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Luciano José Buligon. Exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0218.6/2016**, de autoria **Deputado Aldo Schneider**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transporte e instalação de suporte para bicicletas em ônibus coletivos municipais e intermunicipais, e fixa providências. Devolveu vista sem manifestação ao parecer favorável à matéria com Emenda Substitutiva Global exarado pelo relator Deputado

Valdir Cobalchini, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO JEAN KUHLMANN COLOCOU PARA APRECIÇÃO EXTRAPAUTA A SEQUINTE MATÉRIA: PL./0005.1/2017**, de autoria da **Mesa**, que altera a Resolução nº 001, de 2006, que dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), e a Resolução nº 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da ALESC, ambas convalidadas pela Lei Complementar nº 642, de 2015, e adota outras providências. O Deputado Dirceu Dresch apresentou requerimento de diligenciamento, que posto em discussão e votação, foi rejeitado por maioria com voto contra do Deputado Dirceu Dresch. O Deputado Dirceu Dresch devolveu vista com voto contrário ao parecer favorável com Emenda Substitutiva Global exarado pelo relator Deputado Jean Kuhlmann, que posto em discussão, foi concedida vista coletiva. **O SENHOR DEPUTADO JOÃO AMIN COLOCOU PARA APRECIÇÃO EXTRAPAUTA AS SEGUINTE MATÉRIAS: PL./0101.5/2017**, de autoria do **Deputado Altair Silva**, que declara de utilidade pública a Associação Chapecoense de Futebol, de Chapecó. Exarou parecer favorável a matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PLC/0024.4/2016**, de autoria do **Deputado Gelson Merisio**, que revoga o inciso II do art. 105 da Lei nº 6.218, de 1983, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências". Solicitou a juntada ao processo da ata da reunião da Associação de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (ACORS) que contém nota técnica com posicionamento sobre este projeto de lei complementar; **PEC/0002.0/2017**, de autoria do **Deputado João Amin e outro(s)**, que dá nova redação ao art. 13, § 5º da Constituição do Estado de Santa Catarina, para vedar a alienação superior a quarenta e nove por cento das ações ordinárias da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. (CASAN), que implique em troca do controle acionária da Companhia. Saliou o tempo em que a matéria está em tramitação e requereu ao presidente o cumprimento do prazo regimental. **O SENHOR DEPUTADO DIRCEU DRESCH COLOCOU PARA APRECIÇÃO EXTRAPAUTA A SEQUINTE MATÉRIA: PL./0232.4/2016**, de autoria do **Deputado Fábio Flôr**, que dispõe sobre a cessão onerosa do direito à denominação de espaços e eventos públicos e a concessão de espaços públicos para publicidade que especifica e adota outras providências. Exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO DARCI DE MATOS COLOCOU PARA APRECIÇÃO EXTRAPAUTA AS SEGUINTE MATÉRIAS: PEC/0001.0/2017**, de autoria do **Deputado Kennedy Nunes e outro(s)**, que dá nova redação ao art. 195 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para alterar o período de recebimento de subsídio mensal dos titulares do cargo de Governador que o tenham exercido em caráter permanente. Houve devolução de vista do Deputado Dirceu Dresch sem manifestação ao parecer pela tramitação conjunta da matéria a PEC/0003.1/2011 e a sua prejudicialidade exarado pelo relator Deputado Darci de Matos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PLC/0024.4/2016**, de autoria do **Deputado Gelson Merisio**, que revoga o inciso II do art. 105 da Lei nº 6.218, de 1983, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências". Devolveu vista sem manifestação ao parecer pela rejeição exarado pelo relator Deputado João Amin, que posto em discussão foi concedida vista em gabinete ao Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Dirceu Dresch, Deputado José Nei Ascari e Deputado Jean Kuhlmann. Nada mais havendo a tratar, **o presidente** agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu Robério de Souza, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Sala de Reunião das Comissões, 02 de maio de 2017

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS ONZE HORAS DO DIA TRÊS DE MAIO DE 2017.

Às onze horas, do dia três de maio de 2017, reuniram-se sob a Presidência do Deputado José Nei Alberton Ascari, os deputados membros da Comissão: Deputados Antônio Aguiar, Serafim Venzon, Cleiton Salvaro, Romildo Titon e Deputada Luciane Carminatti. O Deputado Narciso Parisotto justificou ausência. Dando início aos trabalhos, o presidente da Comissão submeteu à votação e aprovado por unanimidade os pareceres para manutenção do título de utilidade pública, referente ao exercício de 2015 das seguintes Instituições:

OF./397.9/2016 da APAE de Balneário Camboriu, OF./0668.2/2016 da APAE de Taió, OF./0468.7/2016 da Associação Serrana dos Deficientes Físicos (ASDF) de Lages, OF./0584.0/2014 da APAE de Bela Vista do Toldo, OF./0662.7/2016 da Associação de Pais e Amigos do Autista do Litoral de Santa Catarina - AMA de Balneário Camboriu, OF./0481.4/2016 da Orionópolis Catarinense em São José, OF./0210.5/2016 da APAE de Lindóia do Sul, OF./0188.2/2016 da APAE de Quilombo, OF./0055.1/2016 da Associação Joinvillense de Apoio e Inclusão de Criança Especial (AJAICE), OF./590/2016 da APAE de Bom Jardim da Serra. Em sequência foi aprovado novo pedido de diligência referente ao exercício de 2015, para as seguintes instituições: OF./0669.3/2016 da APAE de São João do Sul, OF./0611.7/2016 da APAE de Bela Vista do Toldo. Em seqüência foi aprovado por unanimidade os eventos que constam no planejamento da Comissão e serão realizados em parceria com diversas instituições no decorrer de 2017, Seminário: Contribuições da Psicomotricidade na Educação Infantil a ser realizado no município de Curitiba, Seminário: Práticas Pedagógicas para inclusão da pessoa com deficiência a ser realizado no município de Videira, Seminário: Inclusão escolar, o desafio entre o real e o ideal a ser realizado no município de Ibirama, 1º Encontro de pais de autistas da Grande Florianópolis a ser realizado na ALESC, Seminário: Discutindo o autismo e suas implicações, a ser realizado no município de Taió. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Jerônimo Lopes, Assessor da Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, três de maio de dois mil e dezessete.

José Nei Alberton Ascari
Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos sete dias do mês de Março de dois mil e dezessete, às onze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, com amparo no §1º do artigo 123 do Regimento Interno; e de acordo com o Ato da Presidência nº 004-DL, de vinte e um de fevereiro de dois mil e dezessete, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão de Direitos Humanos, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos senhores Deputados: Dirceu Dresch, Fernando Coruja, Mauro de Nadal, Marcos Vieira e Cesar Valduga. Em cumprimento ao Regimento Interno, o senhor Presidente abriu inscrição para os cargos de Presidente e Vice Presidente da Comissão. Foi apresentada a indicação do Senhor Deputado Mauro de Nadal e do Senhor Deputado Cesar Valduga. Na sequência da votação, o Senhor Presidente declarou os eleitos, respectivamente, por unanimidade. Após eleição, o senhor Deputado Mauro de Nadal assumiu a Presidência dos trabalhos, agradeceu aos senhores Deputados pela condução à Presidência e abriu a palavra para livre manifestação dos membros. O Senhor Deputado Dirceu Dresch apresentou requerimento para a realização de Audiência Pública a ser realizada no dia 21 de Março de 2017 no Plenarinho da Assembleia Legislativa para debater sobre "O projeto de lei n 0379.0/2016, que Reconhece simbolicamente Joao da Cruz e Souza, como Promotor Publico, ao direito que lhe foi negado em 1883 e ao mesmo tempo refletirmos sobre o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial, que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Jorge Luiz Biella, Chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e membros e posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Mauro de Nadal
Deputado Cesar Valduga
Deputado Dalmo Claro
Deputado Marcos Vieira
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Fernando Coruja
Deputado Nilso Berlanda

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às onze horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Serafim Venzon, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: Serafim Venzon, Fernando Coruja,

Cesar Valduga, Jean Kuhlmann, Dirceu Dresch, Altair Silva e Manoel Mota. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença dos Senhores Deputados. Na sequência o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação a Ata da 4ª Reunião Ordinária realizada no dia quatro de abril de dois mil e dezessete, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Senhor Presidente deu conhecimento à Comissão das correspondências recebidas. Requerimento do Senhor Deputado Dirceu Dresch, requerendo a realização de Audiência Pública no Auditório Antonieta de Barros na ALESC, para debater sobre "O Fortalecimento da EPAGRI e da CIDASC". Colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento do Senhor Deputado Cesar Valduga, requerendo a realização de Audiência Pública no município de Chapecó, para debater sobre "A proposta de reforma trabalhista (PL 6.787/2016) que tramita no Congresso Nacional". Colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Obedecendo a ordem de chegada, o Senhor Presidente passou à palavra aos relatores: Ao Senhor Deputado Jean Kuhlmann, que não tinha proposição para relatar. Ao Senhor Deputado Dirceu Dresch que passou a relatar o PL./0071.5/2017 - que "Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Atletas - EFAPA de São Domingos", exarando parecer pela aprovação. Colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ao Senhor Deputado Fernando Coruja, que não tinha proposição para relatar. Ao Senhor Deputado Altair Silva, que passou a relatar em bloco: OF./0262.6/2016 - que "Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Cristã Real Esperança, de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2015", exarando parecer pela aprovação. OF./0495.0/2016 - que "Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e Idosos de São José (ASAPREV), referente ao exercício de 2015", exarando parecer pela aprovação. OF./0740.4/2016 - que "Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Terezinha Gaio Basso - Casa de Apoio, de São Miguel do Oeste, referente ao exercício de 2015", exarando parecer pela aprovação. Colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. Ao Senhor Deputado Cesar Valduga, que passou a relatar o OF./0702.9/2016 - que "Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Ação Social Paroquial São Judas Tadeu, de São José, referente ao exercício de 2015", exarando parecer por nova diligência, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ao Senhor Deputado Manoel Mota, que passou a relatar o PL./0394.0/2016 - que "Declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Jiu-Jitsu de Jaguaruna", exarando parecer pela aprovação, nos termos da emenda aditiva de folhas 37. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar eu, secretário da Comissão, Jero dos Passos Espindola, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Serafim Venzon
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às onze horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Valdir Cobalchini e com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos Senhores Deputados Ricardo Guidi, João Amin, Cesar Valduga, Dóia Guglielmi e Mauro de Nadal. Justificou ausência o Senhor Deputado Neodi Saretta. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente deu início à reunião cumprimentando a todos e registrando a presença de representantes do Trade de Turismo de Santa Catarina. Ato contínuo, o senhor presidente convidou para compor a mesa os seguintes convidados: o senhor Lucas Schwitzer, presidente da Associação Brasileira de empresas organizadoras de evento - ABEOC; senhor Hélio da Silva Júnior, gerente de articulação e negócios da CDL, o senhor Vinícius de Luca filho, Secretário Municipal de Turismo de Florianópolis e o senhor Valdir Walendoski, presidente da SANTUR. Ato contínuo o senhor presidente agradeceu a presença dos convidados presentes e informou que a reunião com o Trade foi solicitada pelo deputado João Amin, membro da Comissão. Com a palavra, o senhor deputado João Amin agradeceu a presença de todo o Trade e demais presentes, ressaltando que o motivo de ter solicitado a reunião foi acreditar na importância do trade para a atividade e na importância da aproximação

dos senhores deputados com o setor. Disse ainda que na última temporada as expectativas quanto ao número de turistas não se tornou realidade e que deseja que a reunião tenha encaminhamentos que gerem efeitos positivos para o setor. Com a palavra, o senhor presidente Valdir Cobalchini colocou em votação a ata da assembleia anterior, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo passou a palavra ao senhor Deputado Cesar Valduga, que cumprimentou todos os convidados e relatou o PL 038.4/2017, de autoria do senhor Deputado Serafim Venzon, que "Inclui no calendário oficial de eventos do Estado de SC a festa de São João Batista, realizada no Município de Itaperiú." Com a palavra, o senhor presidente pôs em votação o referido projeto, que foi aprovado por unanimidade e passou a palavra ao presidente da EMBRATUR. Com a palavra, o senhor Valdir Walendowski destacou a importância que o turismo, a cultura e o esporte têm para o Estado, disse que a dinâmica do turismo no mundo é muito forte e está mudando em função da tecnologia e que pelo advento do MERCOSUL somos um grande receptor do turismo nacional e o maior receptor do turismo internacional. Disse ainda que seiscentas mil pessoas trabalham nesse setor tão importante para o lado social, e para o econômico. Informou que o turismo representa doze por cento do PIB de SC. Ressaltou ainda a importância da Comissão para ajudar o desenvolvimento das atividades do nosso Estado e que outros Estados do Brasil estão avançando. Informou que o número de passageiros internacionais até o final de março era igual ao de 2016. Disse ainda que é importante um orçamento para a Secretaria de Turismo Cultura e Esporte já para o ano de 2018, para que se possa desenvolver a atividade profissionalmente e solicitou apoio para melhorar esse orçamento. Com a palavra, o senhor deputado Valdir Cobalchini agradeceu pelas informações importantes e ressaltou a importância de se levar o assunto ao plenário, para apoio dos senhores Deputados Membros de outras Comissões e para deliberação de apoio à Secretaria de Turismo Cultura e Esporte e à SANTUR. Ato contínuo passou a palavra ao senhor Hélio Leite, representante da CDL de Florianópolis, que destacou a procura das pessoas pelos atrativos naturais de Santa Catarina e seus costumes e lembrou da necessidade de se contabilizar os números do comércio em relação ao Turismo de Santa Catarina. Lembrou que a portaria número 445, editada pelo Ministério do Meio Ambiente, proibiu o comércio de quatrocentos e setenta e cinco espécies de peixes, o que compromete a cadeia produtiva, o volume e a quantidade de refeições apresentadas nos restaurantes, além de comprometer as vendas nas peixarias no Estado. Pediu apoio para que se possa pressionar o Ministério do Meio Ambiente no sentido de se reverter a situação. Com a palavra, o senhor Presidente da Comissão convidou a mesa o senhor Vinícius de Lucca filho, Secretário Municipal de Turismo Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de Florianópolis e passou a palavra a senhora Carla Lopes, diretora de capacitação da Associação Brasileira de hotéis - ABIH, que representou o presidente daquela instituição, senhor Osmar José Vailatti. Com a palavra, a senhora Carla Lopes cumprimentou a todos, acusou a presença do senhor Volnei Korr, conselheiro da entidade e informou que seu mestrado tem o título "Bioma Turismo e Meio Ambiente" que defende a criação do Parque Nacional Marinho do Arvoredo. Destacou ainda que para esse ano a Instituição tem o objetivo de realizar o "Encontro Catarinense de Hoteleiros" na sua trigésima edição e entregou à Comissão um plano de ação 2017/2018, com objetivos a médio e longo prazo, com o lema "Servindo a Hotelaria Catarinense". Ressaltou a importância de se unir esforços com o Trade Turístico e agradeceu a oportunidade de estar presente na reunião. Com a palavra, o senhor Vinícius De Lucca Filho fez um breve histórico da Secretaria Municipal de Turismo desde a sua criação e informou que dos 100% do Fundo de Turismo são utilizados pouco mais de 38% para investimentos em Turismo. Ressaltou que Santa Catarina não pode depender somente destes fundos para investimento. Sugeriu que se discuta um novo modelo de financiamento turístico que é o "ICMS Turístico", utilizado em Minas Gerais, que é uma forma diferenciada de repasse de recursos do Estado ao Município. Com a palavra, a senhora Magda Bez, vice-presidente da FACISC, entregou um documento com um levantamento das demandas do setor de Turismo no Estado de Santa Catarina e destacou a necessidade de ampliação do número de cadeiras do Conselho Estadual de Turismo e de um planejamento de longo prazo para esta matriz econômica tão importante para o Estado de Santa Catarina. Registrou que a FACISC representa 145 associações empresariais em SC e destacou a necessidade de revisão dos planos de zoneamento dos parques. Com a palavra, o senhor Deputado Mauro de Nadal informou que a respeito da argumentação da senhora Magda Bez quanto ao aumento do número das cadeiras no Conselho de Turismo, havia tramitado na casa um Projeto de Lei do senhor Deputado Leonel Pavan que aumentava esse espaço e que foi arquivado por vício de origem e que o momento é favorável para a reapresentação do referido projeto. Com a palavra, a senhora Zena Becker, representante da Associação

FLORIPAMANHÃ, destacou a necessidade de criação de um grupo para trabalhar na segurança jurídica e a necessidade de atrair o empresariado. Lembrou aos presentes a falta de produtos turísticos, marinas, portos e aeroportos. Com a palavra, o senhor Leonel Pavan destacou a importância de se atrair investimentos para o Estado e se colocou a disposição de todos. Apresentou o senhor Francisco José Julião, técnico na área de turismo e informou sobre pesquisa realizada, onde cinquenta e três por cento dos turistas vieram para praias e quarenta e sete por cento para turismo Rural e Ecológico, esporte radicais e outras, em Santa Catarina. Disse ainda que a participação do turismo no PIB de Santa Catarina é das mais fortes - doze e meio por cento. Informou que países como a Argentina liberam o visto para o Japão, para a China, para os países europeus e quer no Brasil isso não é possível. Disse ainda que a temporada de turismo em Santa Catarina foi mais longa em 2016 e que o número de turistas estrangeiros em Santa Catarina aumentou em quatro por cento. Informou que as pousadas da serra de Santa Catarina tiveram oitenta por cento de lotação e que foram perdidos mais de cem voos charter pela ação dos outros Estados, que concederam incentivos a empresas aéreas. Informou ainda que o turista estrangeiro esta percorrendo todo o Estado, que a Secretaria está cadastrando propriedades rurais e que teria uma audiência com o Ministro no dia 18 de abril do corrente e que com ajuda de todos os Senadores e Deputados federais dos três Estados, dos Secretários dos Governadores seria possível investir na campanha "O sul é o meu destino". Destacou que todos precisam saber que 185 cidades de Santa Catarina estão no mapa do Turismo, que existe potencial e não é divulgado. Destacou a necessidade de se fazer cadastramento de tudo o que possa atrair o turista. Informou que existem recursos na Secretaria de Turismo para investir no turismo rural e que ainda não havia sido usado e que precisamos investir nesse setor. Destacou que o Estado precisa saber onde está o turista e quanto tempo permaneceu na cidade, o que pode ser desenvolvido através de aplicativo. Disse ainda que serão disponibilizados totens informativos para os turistas. Disse, também, que a FECOMERCIO está trabalhando num projeto de criação de "hotel-escola" em Santo Amaro da Imperatriz. Informou que investimentos estão sendo feitos em mirantes do Estado, como na Serra do Rio do Rastro e na Serra Dona Francisca. Disse ainda que outros investimentos estão sendo feitos no novo acesso de Bombinhas. O secretário informou que investimentos estão sendo feitos em centros de eventos em Balneário Camboriu, Florianópolis e Blumenau para concessão e que para isso é necessário estudo de viabilidade econômica. Destacou a necessidade de participação em feiras, se colocou a disposição e agradeceu a realização da reunião. Com a palavra, o senhor presidente da Comissão agradeceu e destacou o entusiasmo do senhor Leonel Pavan e ressaltou a importância do Estado ser mais ousado, quando se trata de turismo. Ato contínuo registrou a presença do senhor Rogério Antônio Cozer, Diretor do Ministério do Turismo, do senhor Vadinho, presidente da FESPORTE e passou a palavra ao senhor Deputado João Amin. Com a palavra, o senhor Deputado João Amin agradeceu a presença do Secretário Estadual de Turismo e lembrou aos presentes sobre o objetivo da reunião, que era a aproximação dos Deputados com o Trade. Destacou ainda a boa notícia sobre os investimentos nos centros de eventos de Balneário Camboriu e Florianópolis, principalmente o de Canasvieiras que sofreu muitas alterações em seu projeto e esta sendo sub utilizado. Disse ainda que gostaria que a Comissão fosse convidada para reuniões em Conselhos, em reuniões temáticas e de trabalho. Com a palavra, o Secretário Estadual de Turismo informou que enquanto era Senador, um projeto não aprovado de sua autoria junto como setor hoteleiro tratava de "vale-hospedagem", O projeto incentivaria o trabalhador - turista da baixa temporada. Disse ainda que com o a aprovação deste projeto os hotéis receberiam incentivos do governo em relação a imposto de renda e diminuiriam seus valores para esses turistas em Santa Catarina e agradeceu a oportunidade, se colocando a disposição. Com a palavra, o senhor presidente Valdir Cobalchini informou que seria enviado Pedido de Informação ao Fórum e ao Senado a respeito do referido Projeto. Com a palavra o senhor Deputado Cesar Valduga ressaltou a necessidade de investimentos na Secretaria de Turismo, principalmente na área rural, além da necessidade de atenção com a infraestrutura, como estradas e aeroportos. Destacou a importância da segurança política para se dar mais celeridade aos processos e que para isso é preciso buscar parcerias com o Judiciário. Com a palavra o Deputado Ricardo Guidi agradeceu a todos e se mostrou satisfeito com a apresentação do senhor Leonel Pavan. Disse ainda que o turismo tem muito a crescer e se desenvolver nos próximos anos. Com a palavra, o senhor Raul Roberto Weis, da FCDL informou que faz parte do Conselho do Turismo na Secretaria de Turismo Cultura e Esporte - SOL e enfatizou a necessidade de apoio do governo ao Turismo. Com a palavra, o senhor Deputado Valdir Cobalchini destacou a necessidade de compilação de todas as leis que

envolvem o turismo em Santa Catarina. Com a palavra, o senhor Raul informou que já existe esse estudo e que foram encontradas sessenta e sete leis em tramitação na Assembleia Legislativa. Com a palavra, o senhor Deputado Valdir Cobalchini solicitou ao senhor Raul o estudo, informou que seria feita uma revisão das leis que envolvem o turismo e ressaltou que antes dos projetos serem deliberados na Comissão haverá consulta ao Trade. Informou, ainda, que seria feito um documento ou visita ao Ministério do Meio Ambiente com a tentativa de se revogar a portaria 445. Quanto à insegurança jurídica, o presidente ressaltou a importância de ser realizada reunião com a participação do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual e Federal. O presidente disse ainda que é necessário que se possa estabelecer um cronograma para as obras do aeroporto e para isso seriam convidados a empresa que venceu a concessão, a Secretaria Municipal de Turismo e todo o Trade. Com a palavra, o presidente da SANTUR informou sobre o recebimento de documento entregue durante a reunião pelo representante do Ministério do Turismo, referente à aprovação de matéria relacionada ao turismo brasileiro e que poderia ser pauta para próximas reuniões. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais convidados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, secretária da Comissão, Caroline Cristina Cardoso Ramos, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Valdir Cobalchini

Presidente
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017 - REPUBLICAÇÃO

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILOMETRO E DE PRIMEIRO USO, COM COBERTURA TOTAL DE SEGUROS (SEM FRANQUIA), INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, FORNECIMENTO PEÇAS, ÓLEOS E FLUIDOS.

DATA: 22/05/2017 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 22 de maio de 2017. O Edital poderá ser retirado por processo de descarregamento virtual (*download*) no sítio eletrônico da ALESC www.alesc.sc.gov.br, no link '*Consultas - Licitações - Aviso de Licitação*' ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º Andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis. Florianópolis/SC, 09 de maio de 2017.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1134/2017, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 007/2017, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: Aquisição, através de Sistema de Registro de Preços, de insumos/consumíveis e peças de reposição para impressoras multifuncionais.

Lote 1 - Restou deserto

Lote 2 - Comercial Porto Alegre de Máquinas Calculadoras Ltda - R\$ 468.540,00

Lote 3 - Comercial Porto Alegre de Máquinas Calculadoras Ltda - R\$ 162.580,00

Lote 4 - Restou deserto

Lote 5 - Xbramar Soluções Tecnológicas Ltda - R\$ 40.030,00

Lote 6 - Xbramar Soluções Tecnológicas Ltda - R\$ 27.362,40

Lote 7 - Xbramar Soluções Tecnológicas Ltda - R\$ R\$ 7.550,00

Lote 8 - Xbramar Soluções Tecnológicas Ltda - R\$ 10.740,00

Florianópolis, 9 de maio de 2017

ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA
PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 029/2017

REFERENTE: 07º Termo aditivo celebrado em 21/03/2017, referente ao Contrato CL nº 001/2013-00, celebrado em 28/01/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Ticket Serviços S.A

OBJETO: O presente termo aditivo têm por finalidade acrescentar a entrega mensal de até 20 (vinte) tickets refeição para atender os estagiários do **Programa ALESC Inclusiva**, instituído pela Resolução 005 de 18 de julho de 2013, alterada pela Resolução 006 de 20 de dezembro de 2016. Em decorrência de tal acréscimo fica alterado o item 2.1.1 do Contrato original, de sorte que doravante o instrumento representativo do fornecimento de alimentação passe de 2.340 para 2.360 cartões, permanecendo os 2.300 cartões do "**vale alimentação**" para os servidores da ALESC e mais 60 novos cartões o título de "tickets refeição" para os estagiários especiais, sendo 40 tickets refeição para os estagiários do Programa Antonieta de Barros (PAB) e até 20 tickets refeição para os estagiários do **Programa ALESC Inclusiva**.

VALOR MENSAL: 12.000,00, e o anual de até R\$ 144.000,00, que representa o valor unitário de R\$ 600,00 por vale-refeição.

Em vista de tal ajuste o **valor mensal** do contrato passa de R\$ 3.149.654,00 para R\$ 3.161.654,00. Já o **valor anual** passa para R\$ 41.101.502,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93; Leis Estaduais nº 13.075/2004 e nº 16.837/2015; Resolução 005/2015 alterada pela Resolução 006 de 20/12/2016; Item 4.2 da Cláusula Quarta do Contrato original; Ato da Mesa 155 de 21 de fevereiro de 2017; Ato da Mesa nº 128/15, nº 131/16 e 101/2017 e; Autorização Administrativa através da Comunicação Interna DF-TA nº 002/17.

Florianópolis/SC, 10 de maio de 2017

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral

Carlos Antônio Blossfeld- Diretor de Recursos Humanos

Adriana Fernandes Peres- Procuradora

*** X X X ***

EXTRATO Nº 030/2017

REFERENTE: Inexigibilidade nº 008/2017 celebrado em 19/01/2017

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

CONTRATADAS:

- Fundação Osny José Gonçalves (TV Bela Aliança) CNPJ: 72.448.640/0001-70
- Litoral Sul Atividades de TV Aberta Ltda. (TV Litoral Sul) CNPJ: 13.923.019/0001-51
- TV Cultura S/A (TV Record News) CNPJ: 83.900.050/0001-52
- TV O Estado de Florianópolis (TV RIC RECORD SC) CNPJ: 79.875.902/0001-21
- Fundação Cultural e Educacional de Itajaí (TV Brasil Esperança Itajaí) 01406705/0001-76
- Fundação Cultural e Educacional de Itajaí (TV Brasil Esperança Joinville) 01406705/0002-57
- Fundação Rádio Difusão Rodesindo Pavan (TV Litoral Panorama) 03.070.411/0001-41
- RBS TV de Florianópolis S/A - CNPJ: 68.737.857/0005-56
- Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (TV Unisul) 86.445.293/0001-36
- Televisão Lages Ltda. (TV SBT Santa Catarina) CNPJ: 83.012.013/0001-08.

OBJETO: Credenciamento das Emissoras de Televisão Abertas outorgadas pelo poder concedente, com sede e cobertura em Santa Catarina, para divulgação das notícias institucionais da Assembleia Legislativa, com diferentes programetes mensais, produzidos e ditados pela Diretoria de Comunicação Social da ALESC, conforme especificação contida no Edital de Credenciamento 001/2016 e nos contratos de nºs 011 a 021/2017, celebrados com as emissoras citadas no preâmbulo deste termo de inexigibilidade.

VALOR TOTAL: R\$ 7.830.000,00, que serão pagos em 9 (nove) parcelas mensais divididas entre as 10 (dez) emissoras credenciadas, de acordo com a categoria e perfil de cada uma, mediante crédito em conta corrente informada pelas contratadas. O referido pagamento se dará mediante a realização dos serviços por demanda e acontecerá somente depois da conferência e aceite do objeto por parte da Diretoria de Comunicação Social, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente e de acordo ainda com as demais exigências administrativas em vigor.

RBS R\$ 300.000,00 x 9 mês = R\$ 2.700.000,00, RIC e SBT: R\$ 190.000,00 x 9 mês = R\$ 3.420.000,00. Record News R\$ 100.000,00 x 9 mês = R\$ 900.000,00. Bela Aliança, Unisul, Criciúma, Camboriú, TV Brasil Joinville e TV Brasil Itajaí R\$ 15.000,00 x 9 mês = R\$ 810.000,00.

PRAZO: 9 meses a contar de 1º de fevereiro de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa através do Processo nº 179/2016 - LIC e Ofício DIR nº 630/2016; Termo de Cooperação Técnica nº 004/2015-00, Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017 e Prejulgados do TCE 1537/2004 e 1788/2006.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1124 (Divulgação Institucional das Ações do Legislativo catarinense). Elemento 0100 - 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), Subelemento 3.3.90.39.88 (Serviços de Publicidade e Propaganda).

Florianópolis, 10 de maio de 2017.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Thamy Soligo- Diretora de Comunicação Social

Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO Nº 031/2017

REFERENTE: Contratos nº 011/2017; 012/2017; 013/2017; 014/2017; 015/2017; 016/2017; 017/2017; 018/2017; 019/2017 e 021/2017 celebrado em 19/01/2017

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)
CONTRATADAS:

- Fundação Osny José Gonçalves (TV Bela Aliança) CNPJ: 72.448.640/0001-70
- Litoral Sul Atividades de TV Aberta Ltda. (TV Litoral Sul) CNPJ: 13.923.019/0001-51
- TV Cultura S/A (TV Record News) CNPJ: 83.900.050/0001-52
- TV O Estado de Florianópolis (TV RIC RECORD SC) CNPJ: 79.875.902/0001-21
- Fundação Cultural e Educacional de Itajaí (TV Brasil Esperança Itajaí) 01406705/0001-76
- Fundação Cultural e Educacional de Itajaí (TV Brasil Esperança Joinville) 01406705/0002-57
- Fundação Rádio Difusão Rodesindo Pavan (TV Litoral Panorama) 03.070.411/0001-41
- RBS TV de Florianópolis S/A - CNPJ: 68.737.857/0005-56
- Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (TV Unisul) 86.445.293/0001-36
- Televisão Lages Ltda. (TV SBT Santa Catarina) CNPJ: 83.012.013/0001-08.

OBJETO: Credenciamento das Emissoras de Televisão Abertas outorgadas pelo poder concedente, com sede e cobertura em Santa Catarina, para divulgação das notícias institucionais da Assembleia Legislativa, com diferentes programetes mensais, produzidos e ditados pela Diretoria de Comunicação Social da ALESC, conforme especificação contida no Edital de Credenciamento 001/2016 e nos contratos de nºs 011 a 021/2017, celebrados com as emissoras citadas no preâmbulo deste termo de inexigibilidade.

PRAZO: 9 meses a contar de 1º de fevereiro de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 7.830.000,00, que serão pagos em 9 (nove) parcelas mensais divididas entre as 10 (dez) emissoras credenciadas, de acordo com a categoria e perfil de cada uma, mediante crédito em conta corrente informada pelas contratadas. O referido pagamento se dará mediante a realização dos serviços por demanda e acontecerá somente depois da conferência e aceite do objeto por parte da Diretoria de Comunicação Social, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente e de acordo ainda com as demais exigências administrativas em vigor.

RBS R\$ 300.000,00 x 9 mês = R\$ 2.700.000,00, RIC e SBT: R\$ 190.000,00 x 9 mês = R\$ 3.420.000,00. Record News R\$ 100.000,00 x 9 mês = R\$ 900.000,00. Bela Aliança, Unisul, Criciúma, Camboriú, TV Brasil Joinville e TV Brasil Itajaí R\$ 15.000,00 x 9 mês = R\$ 810.000,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/93, art. 25, inciso II; Prejulgados do TCE nº 1537 de 24/05/2004 e nº 1788 de 20/03/2006; Termo de Cooperação Técnica nº 004/2015 Atos da Mesa nº 94/2015, nº 128/2015 e 131/2016; Autorização Administrativa através do Ofício DIR nº 630/2016; Processo licitatório LIC nº 00179/2016; Edital de Credenciamento nº 001/2016.

Florianópolis, 10 de maio de 2017.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Thamy Soligo- Diretora de Comunicação Social

Fábio Lopes de Lima- Vice-Presidente de Finanças

*** X X X ***

LEIS

LEI Nº 17.129, DE 8 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instituição de Casas de Passagem ao cidadão catarinense que necessite de tratamento médico-hospitalar ou de realização de exames médicos fora de seu domicílio e adota outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º O Estado promoverá incentivo, em Cidades que possuam hospitais de referência, à instituição e manutenção das casas de passagem destinadas a acolher o cidadão que necessite de tratamento médico-hospitalar, ou de realização de exames médicos fora de seu domicílio ou residência permanente.

§ 1º O acolhimento do paciente dependerá de comprovação, por atestado médico, do efetivo tratamento, que o procedimento seja efetuado mediante acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), e que seja encaminhado pelo Município de origem.

§ 2º O direito de acesso previsto por esta Lei abrange um acompanhante por paciente, quando a condição de saúde ou complexidade dos exames assim o requerer.

§ 3º A não observância ao disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo sujeitará ao infrator à obrigatoriedade de devolução do benefício recebido, com as cominações legais, e a impossibilidade de recebimento de outro incentivo.

Art. 2º Entende-se por Cidades que possuam hospitais de referência aquelas com mais de sessenta mil habitantes e que possuam estrutura hospitalar que permita o atendimento, o tratamento ou os exames, conforme estabelecidos em regulamentação.

Art. 3º Além de outros incentivos que poderão ser disponibilizados pelo Estado mediante recursos ou estrutura oriunda de doações, autorizados por Lei, os quais terão preferência sobre os demais pedidos de auxílio, as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) conterão dispositivo que contemple a alocação de recursos nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), destinados a incentivar a instituição e manutenção das casas de passagem, obedecidas as formalidades exigidas pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de outras aplicáveis à espécie.

§ 1º O Poder Executivo poderá realizar convênios com os Municípios visando à fiscalização e ao atendimento do disposto nesta Lei.

§ 2º O incentivo dependerá da apresentação de projetos, os quais deverão ser analisados e aprovados pelo Poder Executivo na forma prevista em regulamento.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data da sua publicação, prevendo, além de outros critérios, as entidades ou órgãos gestores das casas de passagem e o tempo mínimo de disposição destas aos pacientes na condição ora prevista.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de maio de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 17.130, DE 8 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a avaliação periódica das estruturas físicas das escolas da rede pública estadual de ensino e adota outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º As estruturas físicas das escolas da rede pública estadual de ensino serão avaliadas periodicamente, mediante vistoria, realizada a cada 2 (dois) anos, com o objetivo de avaliar e elaborar diretrizes de padrões de infraestrutura a fim de garantir a segurança e melhoria das estruturas dos prédios escolares.

§ 1º Para a vistoria referida no *caput* deste artigo, poderá ser constituída comissão multidisciplinar composta precipuamente por engenheiro, profissionais de educação, membro do Conselho Estadual de Educação, membro do sindicato da categoria, dentre outros.

§ 2º A vistoria poderá ser acompanhada por cidadãos interessados, considerando o interesse público envolvido.

Art. 2º Para efeito desta Lei, será elaborado cronograma de vistoria pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º A avaliação estrutural de que trata esta Lei envolverá a verificação de todas as instalações físicas internas e externas, destacando-se o sistema de eletricidade, climatização, hidráulico, equipamentos, muros, quadras esportivas, calhas, telhado, condição de pintura, dentre outros equipamentos existentes nas escolas.

Art. 4º Após a vistoria das escolas, deverá ser elaborado relatório detalhado da situação de cada unidade educacional e suas condições de funcionamento, para subsidiar as diretrizes das reformas a serem executadas.

Parágrafo único. Os relatórios das perícias nas escolas deverão estar disponíveis no site da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 5º O disposto nesta Lei aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Poder Público estadual.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de maio de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 17.131, DE 8 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a realização da edição anual dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJASC).

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º A realização da edição anual dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJASC) ocorrerá sempre 30 (trinta) dias após o término dos Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC).

Art. 2º A Cidade-sede dos PARAJASC será a mesma em que ocorrer a edição anual dos JASC.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de maio de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 17.132, DE 8 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre o dever de os estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios fornecerem, gratuitamente, ao consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido, produto idêntico ou similar, à sua escolha.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º Os supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares que comercializam produtos alimentícios devem fornecer, gratuitamente, ao consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido, outro produto dentro do prazo de validade.

§ 1º O consumidor tem direito a 1 (um) único produto idêntico, ou, no caso de sua inexistência, a outro similar ou com valor equivalente, à sua escolha.

§ 2º Os estabelecimentos citados no *caput* deste artigo devem afixar cartazes e/ou informações acerca das disposições, em favor dos consumidores, estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º Esta Lei não se aplica quando a constatação a que se refere o *caput* do art. 1º desta Lei ocorrer após a efetivação da compra.

Art. 3º Cabe ao órgão estadual de proteção e defesa do consumidor a fiscalização desta Lei, em consonância aos preceitos instituídos pela Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, bem como o recebimento e processamento de denúncias e reclamações pelo seu descumprimento, assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo único. O órgão estadual de proteção e defesa do consumidor poderá firmar convênio com os Municípios para fins do disposto nesta Lei.

Art. 4º A não observância desta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às penalidades previstas no art. 56, da Lei federal nº 8.078, de 1990.

Art. 5º Os valores arrecadados com a aplicação da sanção administrativa de multa deverão ser depositados no Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL/MP).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de maio de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 17.133, DE 8 DE MAIO DE 2017

Institui a Campanha de Divulgação dos Direitos do Idoso, no Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a Campanha de Divulgação dos Direitos do Idoso, a ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de outubro, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Campanha de que trata esta Lei tem como objetivo promover atividades educativas voluntárias voltadas à proteção, respeito e à valorização do idoso, tais como:

I - palestras que visem à conscientização da população sobre a importância da pessoa idosa na sociedade atual;

II - atos públicos que mobilizem a cidade em prol do conhecimento do Estatuto do Idoso, Lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

III - visitas a instituições que têm como objetivo a assistência ao idoso;

IV - atividades que possam proporcionar ao idoso melhoria da sua qualidade de vida, de acordo com a condição física de cada um;

V - atendimento médico e psicológico nas instituições frequentadas por idosos.

Art. 2º A Campanha de Divulgação dos Direitos do Idoso passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de maio de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 17.134, DE 8 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre o Programa Pedagógico, no âmbito da Política de Educação Especial, no Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º O Programa Pedagógico, no âmbito da Política de Educação Especial de que trata esta Lei, objetiva o atendimento à pessoa com deficiência, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA/TGD) e superdotação.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, o Programa Pedagógico terá a competência de estabelecer diretrizes quanto à:

I - qualificação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos da educação especial matriculados na rede regular de ensino;

II - implantação dos serviços educacionais especializados;

III - formação continuada dos educadores na área de educação especial;

IV - coordenação dos projetos de investigação metodológica para os serviços educacionais especializados;

V - orientação sobre as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida; e

VI - realização de pesquisa para a produção e adaptação de ajudas técnicas.

Art. 3º Para os fins desta Lei caracterizam-se por Serviços Educacionais Especializados da Educação Básica:

I - Atendimento em Classe (AC): pela atuação de professor da área de educação especial, concomitante à frequência regular do aluno da educação especial no ensino regular;

II - Atendimento Educacional Especializado (AEE): pelo exercício de atividade de caráter pedagógico prestado por profissional da educação especial no contraturno à frequência do aluno no ensino regular, visando atender suas necessidades educacionais específicas. Este atendimento é obrigatório para a unidade escolar do Sistema de Educação, mas a frequência do aluno é opcional; e

III - Atendimento Pedagógico Domiciliar aos alunos público-alvo da Educação Especial: serviço prestado no domicílio dos alunos, público-alvo da educação especial, impedidos de frequentar escolas regulares de educação básica por questões clínicas, devidamente comprovadas por atestado médico, por período igual ou superior a 50 (cinquenta) dias.

Parágrafo único. O Atendimento em Classe, o Atendimento Educacional Especializado e o Atendimento Pedagógico Domiciliar deverão ser ofertados pela mantenedora da unidade escolar em que o estudante estiver matriculado.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - segundo professor de turma: professor preferencialmente habilitado em educação especial. Tem a função, nos anos iniciais do ensino fundamental, e respectivas modalidades, na educação de jovens e adultos e na educação indígena, de auxiliar na regência de classe, e propor conjunto ao professor titular procedimentos diferenciados para qualificar a prática pedagógica de todos os alunos. Nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio e respectivas modalidades, na educação de jovens, na educação profissional e adultos e na educação indígena tem a função de apoiar o professor titular no desenvolvimento das atividades pedagógicas;

II - professor guia-intérprete: professor com domínio em Língua Brasileira de Sinais (Libras), sistema Braille e outros sistemas de comunicação. Tem a função de atender a necessidades educacionais do aluno com surdo-cegueira;

III - professor bilíngue: professor surdo ou ouvinte com domínio em Libras e Português na modalidade escrita, regente de turmas com ensino em Libras em todas as etapas e modalidades da educação básica;

IV - professor intérprete: professor ouvinte, com fluência em Libras, comprovada por meio de exame de proficiência e capacitação em tradução e interpretação de Libras para Português e de Português para Libras, responsável pela interpretação de todas as atividades e eventos de caráter educacional nas turmas mistas das séries finais do ensino fundamental e médio, bem como nas modalidades da educação de jovens e adultos, educação profissional e educação indígena;

V - instrutor de Libras: professor surdo ou ouvinte com fluência em Libras, comprovada por meio de exame de proficiência, preferencialmente com formação de nível superior em área da educação que atue com o ensino de Libras. Tem por função possibilitar à comunidade escolar a aquisição e a aprendizagem de Libras; e

VI - segundo professor bilíngue: professor ouvinte com fluência em Libras e Português na modalidade escrita. Tem a função de mediar os conteúdos curriculares ministrados nas turmas da educação básica, nos quais o aluno surdo matriculado não tenha domínio da Libras.

Art. 5º O Atendimento Educacional Especializado será oferecido nas seguintes áreas da educação básica:

I - Deficiência Auditiva (AEE/DA);

II - Deficiência Visual (AEE/DV);

III - Deficiência Intelectual (AEE/DM/DI);

IV - Transtorno Global do Desenvolvimento/Transtorno do Espectro do Autismo (AEE/TGD/TEA); e

V - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (AEE/TDAH).

Parágrafo único. Nas localidades onde não é possível apresentar atendimento educacional especializado em área específica, será instituído o atendimento denominado Misto.

Art. 6º Nos casos de unidades escolares da rede pública estadual de ensino, a contratação dos profissionais relacionados nesta Lei depende de parecer técnico emitido pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e corroborado pela Secretaria de Estado da Educação (SED).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de maio de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 17.135, DE 8 DE MAIO DE 2017

Institui o Dia Estadual dos PMs Evangélicos, no Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual dos PMs Evangélicos, a ser comemorado, anualmente, no dia 27 de setembro, para homenagear todos os Policiais Militares Evangélicos do Estado de Santa Catarina, bem como os membros da União de Militares Evangélicos do Estado de Santa Catarina (UMESC).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de maio de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Presidente

*** X X X ***

LEI Nº 17.136, DE 8 DE MAIO DE 2017

Institui a Campanha de Triagem Auditiva Escolar, no Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída, no Estado de Santa Catarina, a Campanha de Triagem Auditiva Escolar, com o objetivo de detectar sinais e sintomas de alerta de deficiência auditiva nos alunos da rede regular de ensino.

Parágrafo único. A Campanha de Triagem Auditiva Escolar de que trata esta Lei será realizada, anualmente, no início do ano letivo, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de maio de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFICIO Nº 0081.3/2017

OFICIO Nº 1208 - 2016/2019 Florianópolis, 27 de abril de 2017
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Hermon, de Florianópolis, referente ao exercício de 2016.

Rudney Raulino
Diretor-Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFICIO Nº 0082.4/2017

Joinville, 24 de abril de 2017
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Cultural União Comunitária, de Joinville, referente ao exercício de 2016.

José Gutstein
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFICIO Nº 0083.5/2017

Joinville, 29 de abril de 2017
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Amigos Moradores da Entrada dos Espinheiros (AMESP), de Joinville, referente ao exercício de 2016.

Jair Souza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFICIO Nº 0084.6/2017

Joinville, 28 de abril de 2017
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Educação Infantil Recanto dos Querubins, de Joinville, referente ao exercício de 2016.

Patrícia Aparecida Ronchi
Coordenadora Administrativa

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFICIO Nº 0085.7/2017

OF/SA 018/2017 Otacílio Costa, 26 de abril de 2017
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Otacílio Costa (APAE), referente ao exercício de 2016.

Irene Ebel Garcia
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFICIO Nº 0086.8/2017

OFICIO 24/2017 Rodeio, 26 de abril de 2017
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Rodeio, referente ao exercício de 2016.

Paulo Elcio Gadotti
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFICIO Nº 0087.9/2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Coro Lírico Catarinense (ACOLIRICA), de Florianópolis, referente ao exercício de 2016.

Maria Helena Rodrigues Schmidt
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFICIO Nº 0088.0/2017

OF. Nº 046/2017 Brusque, 05 de Maio de 2017
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brusque (APAE), referente ao exercício de 2016.

Sebastião Ernani Póia
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0089.0/2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Passos Maia, referente ao exercício de 2016.

Orides Catapam
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0090.4/2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ilhota (APAE), referente ao exercício de 2016.

Clarice da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0091.5/2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Jacinto Machado, referente ao exercício de 2016.

Luzinei José Marcon
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0092.6/2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Regional da Pequena Empresa Moveleira (ARPEM), de São Bento do Sul, referente ao exercício de 2016.

Reinaldo Baechtold Filho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0093.7/2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Empresarial de São Bento do Sul (ACISBS), referente ao exercício de 2016.

Mario Nenevê
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/05/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0094.8/2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Ecos da Esperança, de Joinville, referente ao exercício de 2016.

Renato Sacht
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 10/05/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0095.9/2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Irani, referente ao exercício de 2016.

Leliz Lenzi Steiner
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 10/05/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0096.0/2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Imbuia, referente ao exercício de 2016.

Vilmo Lopes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 10/05/17

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 831, de 15 de março de 2017**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
3183	GILMAR PAGOTTO	15	15/2/2017	0654/2017

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

Republicada por incorreção

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1229, de 5 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ELIAS PRYCIUK KUSTER**, matrícula nº 9175, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-05, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Maio de 2017 (Liderança do PR).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

Republicada por incorreção

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1236, de 9 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR JUAN FELIPINI FERNANDES para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valduga - Xanxerê).

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1237, de 10 de maio de 2017

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 008/2017.

Matr	Nome do Servidor	Função
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Pregoeiro
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Pregoeiro substituto
1015	SERGIO MACHADO FAUST	Equipe de apoio
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	
1039	VICTOR INÁCIO KIST	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA	
7211	JOÃO GABRIEL P. ZIMMERMANN	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1238, de 10 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LUCIANO PORTO, matrícula nº 4059, de PL/GAB-82 para o PL/GAB-84, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de Maio de 2017 (Gab Dep Ricardo Zanatta Guidi).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1239, de 10 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARIA JOSEFINA GAVA, matrícula nº 6557, de PL/GAB-44 para o PL/GAB-47, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de Maio de 2017 (Gab Dep Ricardo Zanatta Guidi).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1240, de 10 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora ISABEL BAMPI DE SOUZA, matrícula nº 3142, de PL/GAB-76 para o PL/GAB-73, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2017 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1241, de 10 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce

Atividade Parlamentar Externa, a contar de 3 de maio de 2017.

Gabinete do Deputado João Amin

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
8602	THIAGO BEZ HAHN DA SILVA	FLORIANÓPOLIS

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1242, de 10 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JÚLIO DOS SANTOS PEREIRA NETO**, matrícula nº 8526, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de Maio de 2017 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1243, de 10 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LEANDRO DURIGON**, matrícula nº 7581, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Maio de 2017 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1244, de 10 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR **JOSETTE HEYSE TAVARES**, matrícula nº 6966, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-81, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar - Santa Terezinha).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1245, de 10 de maio de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR **NATANIEL DUTRA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Joinville).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***